



Dia Internacional de Luta da Mulher



Editorial

Mulheres contra Bolsonaro! Vivas por Marielle! Em defesa da previdência, da democracia e direitos” é o tema que vai mobilizar manifestantes em todo o País, neste 08 de março.

O Governo Bolsonaro lançou um grande ataque contra a classe trabalhadora: a proposta de reforma da Previdência que chegou ao Congresso é brutal, excludente e prejudica, especialmente as mulheres e a população mais pobre.

Não é a adoção de idade mínima ou uma reforma feita para resolver problema fiscal do Estado que vai dar segurança ao sistema. A saída é o crescimento da economia, a geração de empregos, a ampliação da base de contribuintes e cobrança de grandes devedores; entre eles os bancos, que o Governo pretende beneficiar com a instituição da previdência complementar para todos/as os/as trabalhadores/as.

Para nós, mulheres, derrotar essa reforma é uma tarefa central neste momento. Por outro lado, a execução de Marielle Franco e seu motorista Anderson completa um ano sem solução, mas com suspeitas, cada vez mais explícitas, relacionadas à ação de milicianos ligados à Família Bolsonaro. Exigimos apuração rigorosa, identificação e punição dos executores e mandantes. Exigimos justiça!

Infelizmente, esse início de 2019 tem sido marcado por outros retrocessos, com a extinção da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, com suas demandas supostamente incorporadas ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, comandado pela pastora Damares Alves, que iniciou uma cruzada vergonhosa contra as conquistas femininas.

Na contramão deste conservadorismo, as mulheres tornaram-se protagonistas da resistência. O Boletim do Dia Internacional das Mulheres traz uma retrospectiva destes fatos e também dicas culturais para celebrar e protestar neste 08 de março.

Profª Bebel

Maria Izabel Azevedo Noronha

Presidenta da APEOESP

Mulheres unidas contra a reforma da Previdência

A Proposta de Reforma da Previdência (PEC 06/19) apresentada por Jair Bolsonaro ao Congresso, no dia 20 de fevereiro, tem um impacto devastador sem precedentes sobre os direitos dos trabalhadores brasileiros, principalmente mulheres, professores, a população rural e mais pobre.

Longe de combater privilégios, a proposta não inclui militares, estipula idade mínima de 60 anos para professores se aposentarem, cria um sistema de capitalização privada e estabelece que a contribuição ao INSS para

se aposentar com 100% da média salarial será de 40 anos.

A principal mudança refere-se à fixação de idade mínima de 65 para homens e de 62 para as mulheres se aposentarem pelo Instituto Nacional de Seguridade Social. Hoje, a média de idade de aposentadoria no país é de 55 anos, já que o benefício é concedido também por tempo de contribuição.

As mulheres serão duplamente penalizadas em todos os setores; no caso da aposentadoria rural, por exemplo, a proposta é que a idade também seja igualada a 60 anos.

Greve geral

Enquanto a proposta era apresentada ao Congresso, centenas de trabalhadores reunidos na Praça da Sé protestavam contra a destruição de direitos conquistados ao longo de décadas. Presente à Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora contra o Fim da Aposentadoria, a APEOESP deverá realizar uma webconferência para esclarecimento de toda a categoria, além de comandar atividades regionais e defender em todas as instâncias a greve geral para derrotar a proposta de Bolsonaro.

O Sindicato já está presente na luta dos servidores municipais da capital, em greve para reverter a reforma aprovada no recesso de fim de ano da Câmara de São Paulo que, entre outros pontos, aumentou a alíquota de contribuição de 11% para 14%.

A opinião de especialistas em questões relacionadas ao trabalho não deixa dúvidas sobre a importância de barrar a PEC 06. Somada ao crescimento da informalidade e à precarização do trabalho, a reforma da Previdência de Bolsonaro ameaça a dignidade dos brasileiros na velhice.

“Esta reforma vai criar um País de idosos pedindo esmolas”, alerta o professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Eduardo Fagnani, em entrevista à Rede Brasil Atual.

Lei do Minuto Seguinte



“Sua palavra é lei” é o tema da campanha que divulga a Lei do Minuto Seguinte, uma iniciativa para garantir às vítimas de estupro o direito de receber as primeiras doses das vacinas profiláticas e do coquetel anti HIV, nas primeiras 72 horas após a violência sexual.

Segundo especialistas, a medicação tem 100% de eficácia contra o HIV, HPV e Hepatite B, se for aplicada neste período. Também devem ser administrados no mesmo intervalo os remédios contra DSTs não virais, como gonorreia, clamídia e sífilis, além de tétano e a anticoncepção de emergência.

A Lei 12.845, criada em 2013 pela deputada Iara Bernardi (PT-SP), garante a prioridade do atendimento no Sistema Único de Saúde, antes mesmo que a vítima tenha passado

por uma delegacia para registrar Boletim de Ocorrência.

Uma tragédia

O objetivo é minimizar uma tragédia nacional; o Brasil registra aproximadamente 1.381 estupros por dia, quase um por minuto. Mais de 70% das vítimas são crianças e adolescentes. Os números podem ser ainda maiores, já que a violência sexual é subnotificada.

Desde que a lei foi aprovada, vários deputados, inclusive o atual presidente durante os seus mandatos na Câmara Federal, articularam-se para derrubá-la, alegando que a pílula do dia seguinte, para impedir a gravidez, seria uma espécie de legalização do aborto.

SERVIÇO: Informações e denúncias de omissão no atendimento, através do site www.leidominutoseguinte.mpf.mp.br



PARTICIPE:

Marcha do Dia Internacional das Mulheres

“Mulheres contra Bolsonaro! Vivas por Marielle! Em defesa da previdência, da democracia e direitos”

Veja nesta Edição:

- ▶ A escalada da violência..... pág. 2
- ▶ Porte de armas e feminicídios..... pág. 2

- ▶ A maior quebra de silêncio da história pág. 3
- ▶ A luta e o luto de Sabrina Bittencourt pág. 3

- ▶ Pautas conservadoras pág. 3
- ▶ Explosão feminista pág. 4

- ▶ Biografias negras pág. 4
- ▶ The Handmaid's Tale pág. 4

A escalada da violência também contra as mulheres

Reprodução Instagram



Vítima de tentativa de feminicídio, a empresária Elaine Caparroz lutou durante horas dentro de seu apartamento com o agressor, Vinicius Batista Serra. Depois do crime, no dia 16 de fevereiro, Elaine denunciou através de selfies nas redes sociais a brutalidade do ataque.

O ano começou com uma constatação trágica: a violência contra as mulheres está em ascensão. Rio, São Paulo e outras capitais registraram feminicídios de grande repercussão, pela brutalidade. Mulheres foram esfaqueadas, mortas a golpes de marreta ou garrafadas; em alguns casos, na frente dos filhos.

Apenas nos primeiros 11 dias de 2019, a imprensa noticiou 33 feminicídios no País;

a maioria, na região Sudeste e cometido por companheiros ou ex-companheiros das vítimas.

No primeiro sábado do ano, 05 de janeiro, Elisângela Pereira da Silva foi morta com 23 facadas pelo ex-marido, Edvaldo da Silva, em Itupeva. A 70 quilômetros, na capital paulista, câmeras de segurança registraram outra agressão brutal: o momento em que um motorista de aplicativo tentou atropelar a esposa em um posto de gasolina.

A vítima escapou, mas foi agredida a chutes e pontapés pelo marido, que chegou a ser preso, mas recebeu liberdade provisória. E esta é outra característica preocupante entre os feminicidas. Um estudo inédito realizado pelo Ministério da Saúde, que contabiliza óbitos e atendimento na rede pública entre 2011 e 2016, revela que 3 em cada 10 mulheres que morrem por violência eram agredidas frequentemente

No período analisado, morreram no Brasil, por dia, três mulheres que já haviam passado por hospitais, unidades de pronto atendimento (Upas) ou ambulatórios públicos em busca de tratamento para hematomas, fraturas e outros tipos de lesões associadas à violência.

Ligue 180

Em 2018, o Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher - viu o seu movimento crescer 25,3%. Foram registradas e encaminhadas 92.323 denúncias em todo o País. Vítimas e agressores estão em todas as classes sociais. Filho do ex-presidente da Câmara de Vereadores do Rio, o empresário Fábio Tuffly Felipe foi preso no início do ano, depois de ter desfigurado a mulher, Thais Christini Cardoso com vários socos.

Antes da agressão, a vítima já havia registrado

quatro boletins de ocorrência contra o agressor, que foi liberado uma semana depois da prisão.

Recordista

A reincidência e a impunidade são algumas das explicações para os dados alarmantes. Números do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos revelam que o Brasil ocupa o quinto lugar no ranking mundial de feminicídio. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe endossa, ao informar que o País concentrou, em apenas um ano, 40% dos casos de assassinatos de mulheres cometidos na região; ou seja, a cada dez feminicídios cometidos na América Latina e no Caribe, quatro ocorreram no Brasil.

Repúdio

Especificamente no estado de São Paulo, levantamento do Ministério Público revela que o número de feminicídios subiu 26% em 2018. Foram registrados 119 casos de janeiro a novembro de 2018, contra 94 no mesmo período do ano anterior. Quase metade dos crimes foi causada porque os ex-companheiros não aceitavam o fim do relacionamento.

Em meio à escalada do feminicídios, o governador João Dória vetou o funcionamento da Delegacia da Mulher por 24 horas em São Paulo. Durante a campanha eleitoral, Dória prometeu mais 40 Delegacias da Mulher e o funcionamento ininterrupto das unidades, mas em texto publicado no Diário Oficial em 11 de janeiro, suspendeu um projeto de 2017, que defendia o funcionamento destas unidades por 24 horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

A relação entre porte de armas e feminicídios

“Posso afirmar, pela minha experiência, que arma dentro de casa coloca em risco sim, mulheres e crianças.”. A opinião taxativa é de uma das maiores especialistas em violência contra as mulheres do País, a promotora Gabriela Manssur, que atua no Ministério Público de São Paulo desde 2003.

Além de fomentar o mercado ilegal, a assinatura do decreto presidencial que facilita o porte de armas, no dia 15 de janeiro, alarma especialistas em Saúde Pública e divide opiniões, mesmo entre quem trabalha com Segurança.

O Instituto Sou da Paz divulgou nota em que alerta que o decreto vai aumentar ainda mais os casos de feminicídio e suicídio. A história da farmacêutica Maria da Penha, que dá nome à Lei que tornou mais rígida a punição aos agressores, é um exemplo desta dinâmica: ela ficou paraplégica em 1983, após ser atingida por um tiro do marido agressor, dentro de sua própria casa.

Os últimos dados disponíveis pelo Minis-

tério da Saúde, levantados pelo Instituto Sou da Paz, também confirmam a gravidade do decreto para a população feminina: em 2016, armas de fogo foram responsáveis por metade dos feminicídios no País; sendo que, das 2.339 vítimas, 560 foram mortas dentro de casa.

A presença de arma de fogo na residência é, inclusive, um dos elementos que levam a Justiça a conceder medida protetiva para mulheres em quase todos os países.

Suicídios

Assim como a violência doméstica, os suicídios também são subnotificados e altamente evitáveis, segundo especialistas. Os números mais recentes divulgados pelo Ministério da Saúde apontam que houve um aumento de 2,28% nos óbitos por suicídio no Brasil; em 2016, 11.433 pessoas tiraram a própria vida. No ano anterior foram 11.178. Mas, o próprio Ministério acredita que a taxa pode ser 20% maior.

Autor de um clássico sobre a depressão, “O demônio do meio-dia”, o escritor

norte-americano Andrew Solomon acredita que “o suicídio é, com frequência, um ato impulsivo e, se os meios não estiverem à mão, o impulso passa” e, por isso, é um crítico à liberação do porte de armas.

Um exemplo frequente utilizado pelo escritor e outros estudiosos do tema é o caso americano. Nos Estados Unidos, onde as leis facilitam o acesso às armas de fogo, a taxa total de suicídio aumentou em 30%, nos últimos 17 anos; sendo que, em mais de metade dos casos, os suicidas usaram revólveres e outras armas que tinham em casa.

As crianças também são vítimas frequen-



Imprensa e especialistas alertam para o risco que o decreto presidencial representa, especialmente para as mulheres.

tes. Dados do Ministério da Saúde revelam que, entre 2015 e 2018, houve no País 518 internações de menores até 4 anos, feridos em acidentes domésticos com armas de fogo.

A maior quebra de silêncio da história

Depoimentos de centenas de mulheres garantiram o que parecia impossível: a prisão do quase intocável curandeiro João de Deus, alcunha de João Teixeira de Faria, detido desde o dia 16 de dezembro, sob acusações de estupro, pedofilia e assédio sexual.

As vítimas eram pessoas que procuravam a Casa Dom Inácio de Loyola em Abadiânia, Goiás, em busca de cura ou conforto espiritual. Depois da prisão, João Teixeira passou a ser investigado por uma série de outros crimes, como tráfico de drogas e de bebês e tortura,

em uma trágica história que envolve políticos e empresários influentes.

“Fiquei com medo das pessoas que trabalhavam na Casa, me senti completamente desprotegida. Além da vergonha e do medo, não achava que tivesse qualquer direito ou maneira de fazer algo judicialmente em relação ao abuso”, contou a coreógrafa holandesa Zahira Lieneke Mous, uma das primeiras mulheres a denunciar o caso publicamente.

Com o apoio do Instituto Latino-Americano de Direitos Humanos, Zahira foi uma das mulheres que denunciaram a violência no programa do jornalista Pedro Bial, que foi ao ar na TV Globo no dia 07 de dezembro de 2018, desencadeando um movimento que culminou com a prisão do curandeiro e uma força tarefa do Ministério Público, para apurar o maior caso de abuso sexual do Brasil.

500 mulheres para calar um homem!

“A maior quebra de silêncio da história. Até hoje (13 de dezembro de 2018), 330 mulheres se uniram para denunciar o mesmo homem.

A era do retrocesso

Em meio a tão graves problemas, o combate à suposta ideologia de gênero foi uma das promessas do novo presidente no seu discurso na posse, no dia 1º de janeiro. O discurso foi o gatilho para o Ministério e a base aliada do Governo investirem em declarações caricatas e projetos de lei extremamente reacionários.

Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damara Alves ressuscitou a proposta da “Bolsa Estupro”, prevista em um projeto de lei apresentado em 2007 pelo então deputado evangélico Henrique Afonso Soares, que obrigaria o estuproador ou o Estado a pagar pensão para a vítima, impedindo que ela aborte.

Supostamente preocupada com uma criança, que nasceria em nove meses, a ministra se esquece da realidade da infância no Brasil. De acordo com o Atlas da Violência, 68% dos estupros no Brasil têm como vítimas menores de idade. Dos 22.918 casos registrados no Sistema Único de Saúde em 2016, 50,9% tinham menos de 13 anos e 27% eram menores, de 14 a 17 anos.

Estatuto do Nascituro

O PL nº 478/2007, também conhecido como Estatuto do Nascituro, paralisado na Câmara das Deputados desde 2013, também é uma promessa da ministra. Além de proibir



Em entrevista ao programa *Conversa com Bial*, a holandesa Zahira Lieneke quebrou o pacto que acobertava os crimes de João Teixeira de Faria

Por assédio, estupro, pedofilia, incesto praticados há décadas. Décadas em que cada uma delas silenciou, foi desacreditada ou ameaçada de morte. Estas 330 mulheres não são loucas, mentirosas, invejosas. Elas são vítimas. Vítimas de um homem poderoso que usa Deus como sobrenome. Elas são vítimas de séculos de silenciamento”, escreveu a escritora Antonia Pellegrino, em um manifesto lançado para apoiar as adolescentes e mulheres molestadas.

Perplexa com as denúncias, a atriz e cineasta Bruna Lombardi lamentou nas redes sociais que tenham sido necessárias “500 mulheres para calar um homem”. Bruna foi uma das dezenas de famosas, atraídas pela espiritualidade que emanava da Casa Dom Inácio de Loyola.

“Quantas vidas massacradas ainda vão se calar diante de uma sociedade que absolve feminicídio, que admite e compactua com a violência doméstica”, questionou Bruna em

um post que aponta para o fato de que centenas de mulheres molestadas por João Teixeira de Faria foram ignoradas ou desqualificadas, durante décadas.

DENUNCIE:

O Ministério Público de Goiás recebe denúncias das vítimas de João Teixeira de Faria, através do e-mail denuncias@mpgo.mp.br. Já o Instituto Latino-Americano de Direitos Humanos (ILADH), que apoiou a coreógrafa Zahira Lieneke, recebe denúncias das vítimas internacionais no e-mail iladh.nordeste@gmail.com.

Pautas conservadoras

Conheça outras propostas que ameaçam os direitos civis no País:

Ensino Domiciliar - Em sinal evidente de suas reais intenções, a Medida Provisória sobre o Ensino Domiciliar não foi proposta pelo Ministério da Educação, como seria óbvio, e sim pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Fóruns Estaduais e Municipais de Educação denunciam que a educação domiciliar pode agravar problemas como a exploração do trabalho infantil e a pedofilia, além de violar direitos fundamentais, como a educação integral, laica e gratuita.

Escola sem Partido - O “Manual de Defesa contra a Censura e o Assédio nas Escolas”, que a APEOESP disponibiliza em seu site, orienta os professores em relação às investidas do movimento que, sob pretexto de extirpar uma inexistente doutrinação ideológica das escolas, fomentou projetos de lei contra a liberdade de ensinar e aprender, principalmente na rede pública. Temas relacionados a questões de gênero são os mais perseguidos pelos adeptos da ideia, apesar de uma pesquisa recente do MEC revelar que 62,6% dos brasileiros não sabem o que seria a tão falada ‘ideologia de gênero’.

Estatuto da Família - Pauta preferida da bancada religiosa reconhece como família apenas a “união entre um homem e uma mulher” e, portanto, retira direitos adquiridos em uniões estáveis de casais do mesmo sexo. O Estatuto está pronto para votação no Congresso.

Sabrina: “Que muitas flores nasçam”



Ativista denunciava esquema internacional de tráfico de bebês e escravidão de mulheres

Provocou comoção internacional a notícia do suicídio da ativista Sabrina Bitencourt, que reuniu centenas de denúncias contra o curandeiro de Abadiânia, através da ONG Somos Muitas. Outros 13 líderes religiosos em atuação no Brasil, inclusive o renomado guru Prem Baba, foram denunciados por Sabrina, que apontou ainda ligações da ONG Atini, fundada pela Ministra Damara Alves, com o tráfico de crianças indígenas.

A ativista, que faleceu no dia 02 de fevereiro, foi uma das criadoras da Plataforma Coame - Combate ao Abuso no Meio Espiritual. A ferramenta concentra denúncias de violações sexuais cometidas por padres, pastores, gurus e congêneres.

Protegida por uma rede internacional de ativistas, Sabrina foi ameaçada de morte diversas vezes e, por isso, residia fora do País, em endereço não revelado. Em sua carta de despedida no Facebook, a ativista, que foi molestada por mórmons na infância, escreveu: “Marielle, me uno a ti. Somos semente. Que muitas flores nasçam desta merda toda que o patriarcado criou há 5 mil anos”.

Contra o crime, que mil Marielles floresçam!



Reportagem do Estadão e El País revelam o elo entre suspeitos da execução e políticos

A execução da vereadora e ativista Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes completa um ano no dia 14 de março, sem a prisão dos culpados, mas com um detalhe estarrecedor: o elo entre o senador Flávio Bolsonaro, filho do presidente eleito, com o Escritório do Crime, poderoso grupo de milicianos suspeito da execução.

A vereadora de 38 anos, moradora da Favela da Maré, era socióloga, incansável defensora dos direitos humanos e, como tal, lutava contra a violência do poder paralelo dos milicianos nas periferias cariocas. Quando foi assassinada, em 2018, o então deputado Flávio Bolsonaro foi o único parlamentar a não apoiar a condecoração póstuma da Medalha Tiradentes a Marielle.

Em outra 'coincidência' inexplicável do caso, o mesmo parlamentar condecorou duas vezes com a Medalha Tiradentes o ex-policia Adriano Magalhães da Nóbrega, chefe do Escritório do Crime, agora investigado pelo assassinato da vereadora.

Um ano depois da execução, a memória e a força de denúncia de Marielle a transformaram em um ícone de resistência feminina, negra, periférica e LGBT. Sua dissertação de mestrado, exatamente sobre as políticas de segurança pública, foi transformada em livro.

14 de março passará a ser reconhecido no calendário oficial do Estado do Rio de Janeiro como o 'Dia Marielle Franco - Dia de Luta contra o Genocídio da Mulher Negra'.

Inspiração

A ONG Criar Brasil lançou a série "Que mil Marielles floresçam!", em cinco episódios sobre a luta pela sobrevivência e em defesa dos direitos humanos travada pela ativista nos seus 38 anos de vida. Poucos meses antes de morrer, Marielle participou do filme "Vidas Cinzas", sobre a atual crise social, política e econômica no Brasil.

Em recente entrevista, sua esposa, Mônica Benício, destacou o forte simbolismo da trajetória da ativista. "Ela era temida pelo mesmo motivo que era muito amada: Marielle carregava no corpo dela todas as pautas que lutava e acreditava", lembrou Mônica.

Marielle Franco inspirou ainda várias outras mulheres na luta política, como sua colega na Câmara dos Vereadores do Rio, Talíria Petrone, agora deputada federal, e Renata Souza, Mônica Francisco e Dani Monteiro, deputadas que trabalharam na sua assessoria.

São professoras, negras, feministas e oriundas da periferia, empenhadas na defesa do legado das minorias. Marielle Franco que, em vida, se definiu como "mulher, negra, mãe e cria da favela", tornou-se semente.

Amor, Educação, Luta e Revolução

"Vamos sabotar as engrenagens desse sistema homofóbico, racista, patriarcal, machista e misógino. Vamos jogar na fogueira as camisas de força da submissão, da tirania e da repressão" - Apresentadora e atriz Fernanda Lima no Programa Amor & Sexo, que inflamou ainda mais a campanha eleitoral de 2018

A resistência feminista ao avanço da extrema-direita no Brasil, Estados Unidos e Europa é animadora e as mulheres brasileiras têm demonstrado grande poder de enfrentamento. A poucos dias do segundo turno das eleições presidenciais de 2018, o grupo Mulheres Unidas contra Bolsonaro levou milhões de manifestantes às ruas no Movimento #EleNão. "Onde quer quer você vá hoje, há camisetas e hashtags feministas, mas se realmente acreditamos nisso, precisamos apoiar garotas nas linhas de frente desta luta", escreveu a ativista e Prêmio Nobel, Malala Yousafzai em um artigo de volta às aulas.

Aos 21 anos, Malala avalia o mesmo cenário retratado pela escritora Heloisa Buarque

de Hollanda, que acaba de lançar, aos 79 anos, "Explosão Feminista", livro sobre a avassaladora quarta onda do movimento e seus desdobramentos, como o transfeminismo e o feminismo negro.

"As mulheres conquistaram o primeiro plano e roubaram a cena da resistência no cenário conservador que ameaça o País", explica Heloisa Buarque, no livro lançado pela Companhia das Letras.

O Boletim das Mulheres destaca ainda biografias de mulheres negras e "The Handmaid's Tale - O Conto da Aia", a série mais comentada da TV.



DICAS EDUCACIONAIS E CULTURAIS

Biografias negras

Três mulheres negras, Elza, Zezé e Dona Jacira, têm suas vidas retratadas em biografias de destaque. Escrita por Zeca Camargo, "Elza" da Editora Leya, conta a história da cantora, que se tornou ícone dos movimentos negro e feminista.

Também cantora, a atriz Zezé Motta revê meio-século de sua bem sucedida carreira no livro "Zezé Motta - Um Canto de Luta e Resistência", escrito por Cacau Hygino para a Companhia Editora Nacional.

A ativista Dona Jacira, mãe dos rappers Emicida e Fióti, realiza seu sonho de infância em 2019 e lança seu primeiro livro, a autobiografia "Café", publicada pela Editora LiteraRUA em parceria com a Laboratório Fantasma.

O Conto da Aia

Qualquer semelhança com a realidade pode não ser mera coincidência: chegou à TV aberta no dia 13 de fevereiro a série "The Handmaid's Tale - O Conto da Aia", baseada em livro homônimo e ganhadora do "Globo de Ouro", Emmy e outros prêmios.

O Brasil que resiste à ofensiva fundamentalista religiosa de políticos nostálgicos da ditadura e que fazem apologia à tortura e ao estupro poderá acompanhar a história da República de Gilead, dominada por religiosos e militares. Neste lugar sombrio, onde vivem as aias do título, não há direito à defesa e as minorias e membros de movimentos de resistência são perseguidos. As mulheres inférteis são domesticadas para atividades do lar e as férteis são barrigas de aluguel para as famílias de elite.

O livro, escrito em 1985 pela canadense Margaret Atwood, e a série são uma reflexão sobre liberdade, direitos civis, poder e a fragilidade do mundo tal qual o conhecemos.



expediente

Dirigentes responsáveis

Maria Izabel Azevedo Noronha
Presidenta da APEOESP

Fábio Santos de Moraes
Vice-Presidente

Roberto Guido
Secretário de Comunicações

Stenio Matheus de M. Lima
Secretário de Comunicações Adjunto

Suely Fátima de Oliveira
Secretária Para Assuntos da Mulher

Rosa Maria de Araújo Fiorentin
Secretária Para Assuntos da Mulher Adjunta

Conselho Editorial

Maria Izabel Azevedo Noronha
Fábio Santos de Moraes
Roberto Guido

Stenio Matheus de M. Lima
Leandro Alves Oliveira

Silvio de Souza
Rita de Cássia Cardoso

Richard Araújo
Fláudio Azevedo Limas
Miguel Noel Meirelles
Francisco de Assis Ferreira
Paula Cristina Oliveira Penha

Texto e Edição:

Ana Maria Lopes - Mtb 23.362

Colaboração:

Thales Castilho (Redação)

Produção:

Secretaria de Comunicações da APEOESP

Tiragem: 15 mil exemplares